

Resquisa em Educação
Resquisitamento

Bacon, Martin; Gastell, Gary (2002). Resquisitamento
Qualitativo com texto, imagem e som. Petrópolis: Vozes.

1
QUALIDADE, QUANTIDADE E INTERESSES
DO CONHECIMENTO
EVITANDO CONFUSÕES

Martin W. Bauer, George Gaskell &
Nicholas C. Allum

Palavras-chave: análise de dados; a lei do instrumento; geração de dados; modos e meios de representação; a situação ideal de pesquisa; delineamento da pesquisa; interesses do conhecimento.

Imagine um jogo de futebol. Dois jogadores adversários correm atrás da bola e, de repente, um deles cai, rolando pelo chão. Metade dos espectadores assobiam e gritam, e a outra metade respira aliviada, pois o possível perigo foi superado.

Podemos analisar esta situação social competitiva da seguinte maneira. Primeiro, existem os atores: os jogadores de futebol, 11 de cada lado, altamente treinados, habilidosos e articulados em seus papéis, com o propósito de ganhar o jogo; e os árbitros, isto é, o juiz e os bandeirinhas. Este é o “campo da ação”.

Temos depois os espectadores. Os assistentes, em sua maioria, são leais torcedores de um time ou outro. São poucos os que não se identificam com um ou outro dos times. Haverá, contudo, um ou dois espectadores que não conhecem o futebol, e são apenas curiosos. As arquibancadas dos espectadores são o “campo de observação ingênua” – ingênua no sentido de que os espectadores estão simplesmente assistindo aos acontecimentos no campo e são como que parte do próprio jogo, que eles experienciam como se eles próprios estivessem jogando. Devido a sua lealdade a um dos times, pensam e sentem dentro de uma perspectiva partidária. Quando um dos joga-

dores cai, isto é interpretado pelos torcedores do seu time como uma falta, enquanto que para os fãs do outro time não passa de um erro pessoal e teatral.

Finalmente, há a posição daqueles que descrevem a situação como nós o fazemos aqui. Temos uma curiosidade sobre a natureza tribal do acontecimento, do campo de ação e dos espectadores que estão sendo observados. Em termos ideais, tal descrição requer uma análise fria da situação, que não tenha envolvimento com nenhum dos times. Nosso envolvimento direto pode ser com o futebol em geral – seus problemas atuais e futuros. A isto nós chamamos de “campo de observação sistemática”. A partir desta posição, podemos relacionar três formas de evidência: o que está acontecendo no campo, as reações dos espectadores, e a instituição do futebol como um ramo do esporte, dos negócios ligados aos divertimentos ou ao comércio. Evitar um envolvimento direto exige precauções: a) uma consciência treinada das conseqüências que derivam do envolvimento pessoal; e b) um compromisso em avaliar as observações de alguém metodicamente e em público.

Tais observações com diferentes graus de imparcialidade são a problemática da pesquisa social. Por analogia, podemos facilmente estender este “tipo ideal” de análise daquilo que podemos chamar uma “situação total de pesquisa” (Cranach *et al.*, 1982: 50), a outras atividades sociais, tais como votar, trabalhar, fazer compras e comprar música, para mencionar apenas algumas. Podemos estudar o campo de ação, e perguntar que acontecimentos estão no campo (o objeto de estudo); podemos experimentar subjetivamente tal acontecimento – o que está acontecendo, como nos sentimos, e quais os motivos para tal acontecimento. Esta observação ingênua é semelhante à perspectiva dos atores e dos auto-observadores. Finalmente, nós nos concentramos na relação sujeito/objeto que brota da comparação da perspectiva do autor e da perspectiva do observador, dentro de um contexto mais amplo e pergunta como os acontecimentos se relacionam às pessoas que os experienciam.

Uma cobertura adequada dos acontecimentos sociais exige muitos métodos e dados; um pluralismo metodológico se origina como uma necessidade metodológica. A investigação da ação empírica exige a) a observação sistemática dos acontecimentos; inferir os sentidos desses acontecimentos das (auto-)observações dos atores e dos espectadores exige b) técnicas de entrevista; e a interpretação dos

1. QUALIDADE, QUANTIDADE E INTERESSES...

vestígios materiais que foram deixados pelos atores e espectadores exige c) uma análise sistemática.

O delineamento da pesquisa: geração de dados, redução e análise

É útil distinguir entre quatro dimensões na investigação social. Estas dimensões descrevem o processo de pesquisa em termos de combinações de elementos através das quatro dimensões. Primeiro, há o delineamento da pesquisa de acordo com seus princípios estratégicos, tais como o levantamento por amostragem, a observação participante, os estudos de caso, os experimentos e quase-experimentos. Segundo, há os métodos de coleta de dados, tais como a entrevista, a observação e a busca de documentos. Terceiro, há os tratamentos analíticos dos dados, tais como a análise de conteúdo, a análise retórica, a análise de discurso e a análise estatística. Finalmente, os interesses do conhecimento referem-se à classificação de Habermas sobre o controle, a construção de consenso e a emancipação dos sujeitos do estudo. Estas quatro dimensões são mostradas na Tabela 1.1.

Tabela 1.1 – As quatro dimensões do processo de pesquisa

Princípios do delineamento	Geração de dados	Análise dos dados	Interesses do conhecimento
Estudo de caso	Entrevista individual	Formal	
Estudo comparativo	Questionário	Modelagem estatística	
Levantamento por Amostragem	Grupos focais	Análise estrutural	Controle e predição
Levantamento por Painel	Filme	Informal	Construção de consenso
Experimento	Registros áudio-visuais	Análise de conteúdo	Emancipação e "empoderamento"
Observação Participante	Observação sistemática	Codificação	
	Coleta de documentos	Indexação	
Etnografia	Registro de sons	Análise semiótica Análise retórica Análise de discurso	

Muita confusão metodológica e muitas afirmações falsas surgem da compreensão equivocada ao se fazer a distinção entre qualitativo/quantitativo na coleta e análise de dados, com princípios do delineamento da pesquisa e interesses do conhecimento. É muito possível conceber um delineamento experimental, empregando entrevistas em profundidade para conseguir os dados. Do mesmo modo, um delineamento de estudo de caso pode incorporar um questionário de pesquisa para levantamento, junto com técnicas observacionais, como por exemplo estudar uma corporação comercial que passa por dificuldades. Um levantamento de grande escala de um grupo de minoria étnica pode incluir questões abertas para análise qualitativa, e os resultados podem servir a interesses emancipatórios do grupo minoritário. Ou podemos pensar em um levantamento aleatório de uma população, coletando os dados através de entrevistas com grupos focais. Contudo, como mostra o último exemplo, certas combinações de princípios de delineamentos, com métodos de coleta de dados, ocorrem com menos frequência, devido às implicações ligadas aos recursos. Defendemos a idéia de que todas as quatro dimensões devem ser vistas como escolhas relativamente independentes no processo de pesquisa e que a escolha qualitativa ou quantitativa é primariamente uma decisão sobre a geração de dados e os métodos de análise, e só secundariamente uma escolha sobre o delineamento da pesquisa ou de interesses do conhecimento.

Embora nossos exemplos tenham incluído a pesquisa de levantamento, nesse livro nós trabalhamos principalmente com geração de dados e procedimentos de análise dentro da prática da pesquisa qualitativa, isto é, pesquisa não-numérica.

Modos e meios de representação: tipos de dados

Duas distinções sobre dados podem ser úteis nesse livro. O mundo, como o conhecemos e o experienciamos, isto é, o mundo representado e não o mundo em si mesmo, é constituído através de processos de comunicação (Berger & Luckmann, 1979; Luckmann, 1995). A pesquisa social, portanto, apóia-se em dados sociais – dados sobre o mundo social – que são o resultado, e são construídos nos processos de comunicação.

Neste livro, distinguimos dois modos de dados sociais: comunicação informal e comunicação formal. Além disso, distinguimos três meios, através dos quais os dados podem ser construídos: texto, ima-

gem e materiais sonoros (ver Tabela 1.2). A comunicação informal possui algumas poucas regras explícitas: as pessoas podem falar, desenhar ou cantar do modo que queiram. O fato de haver poucas regras explícitas não significa que não existam regras, e pode acontecer que o foco central da pesquisa social seja desvelar a ordem oculta do mundo informal da vida cotidiana (ver Myers, cap. 11, neste volume, sobre análise da conversação). Na pesquisa social, estamos interessados na maneira como as pessoas espontaneamente se expressam e falam sobre o que é importante para elas e como elas pensam sobre suas ações e as dos outros. Dados informais são gerados menos conforme as regras de competência, tais como capacidade de escrever um texto, pintar ou compor uma música, e mais do impulso do momento, ou sob a influência do pesquisador. O problema surge quando os entrevistados dizem o que pensam que o entrevistador gostaria de ouvir. Devemos reconhecer falsas falas, que podem dizer mais sobre o pesquisador e sobre o processo de pesquisa, do que sobre o tema pesquisado.

Tabela 1.2 – Modos e meios

Meio-modo	Informal	Formal
Texto	Entrevistas	Jornais, Programas de rádio
Imagem	Desenhos de crianças Rabiscos feitos ao telefonar	Quadros Fotografias
Sons	Cantos espontâneos Cenários sonoros	Escritos musicais Rituais sonoros
Relatos "distorcidos" "falsos" ou encenados	Ruídos estratégicos	Afirmações falsas sobre uma representação

Por outro lado, existem ações comunicativas que são altamente formais, no sentido de que a competência exige um conhecimento especializado. As pessoas necessitam de treino para escrever artigos de jornal, para produzir desenhos para um comercial, ou para criar um arranjo para uma banda popular ou para uma orquestra sinfônica. Uma pessoa competente pode ter estudado as regras do comércio, muitas vezes para modificá-las a seu proveito, o que se chama de inovação. A comunicação formal segue as regras do comércio. O fato de o pesquisador usar os produtos resultantes, tais como um artigo de jornal, para a pesquisa social, provavelmente não influencia o ato da comunicação: não faz diferença o que o jornalista escreveu. Nesse sentido, os dados baseados nos registros

não trazem problema. Um problema diferente surge, contudo, quando os comunicadores dizem representar um grupo social que, na realidade, não representam. O cientista social deve reconhecer essas falsas pretensões de representação.

Os dados formais reconstruem as maneiras pelas quais a realidade social é representada por um grupo social. Um jornal representa até certo ponto o mundo para um grupo de pessoas, caso contrário elas não o comprariam. Nesse contexto, o jornal se torna um indicador desta visão de mundo. O mesmo pode ser verdade para desenhos que as pessoas consideram interessantes e desejáveis, ou para uma música que é apreciada como agradável. O que uma pessoa lê, olha, ou escuta, coloca esta pessoa em determinada categoria, e pode indicar o que a pessoa pode fazer no futuro. Categorizar o presente e, às vezes, predizer futuras trajetórias é o objetivo de toda pesquisa social. Neste livro nós nos concentramos quase que exclusivamente no primeiro ponto: a categorização do problema.

A filosofia deste livro pressupõe que não há “um modo ótimo” de fazer pesquisa social: não há razões convincentes para nos tornarmos *pollsters* (pessoas que conduzem pesquisas de opinião), nem devemos nos tornar todos *focusers* (pessoas que realizam pesquisas com grupos focais). O objetivo deste livro é superar a “lei do instrumento” (Duncker, 1995), segundo a qual uma criança que só conhece o martelo pensa que tudo deve ser tratado a marteladas. Por analogia, nem o questionário de levantamento, nem o grupo focal se constituem no caminho régio para a pesquisa social. Este caminho pode, contudo, ser encontrado através de uma consciência adequada dos diferentes métodos, de uma avaliação de suas vantagens e limitações e de uma compreensão de seu uso em diferentes situações sociais, diferentes tipos de informações e diferentes problemas sociais.

Estamos de acordo agora que a realidade social pode ser representada de maneiras informais ou formais de comunicar e que o meio de comunicação pode ser composto de textos, imagens ou materiais sonoros. Na pesquisa social nós consideramos todos eles como importantes, de um modo ou de outro. É isto que tentaremos esclarecer.

Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa

Tem havido muita discussão sobre as diferenças entre pesquisa quantitativa e qualitativa. A pesquisa quantitativa lida com números, usa modelos estatísticos para explicar os dados, e é considerada pes-

1. QUALIDADE, QUANTIDADE E INTERESSES...

quisa *hard*. O protótipo mais conhecido é a pesquisa de levantamento de opinião. Em contraste, a pesquisa qualitativa evita números, lida com interpretações das realidades sociais, e é considerada pesquisa *soft*. O protótipo mais conhecido é, provavelmente, a entrevista em profundidade. Estas diferenças são mostradas na Tabela 1.3. Muitos esforços foram despendidos na tentativa de justapor pesquisa quantitativa e qualitativa como paradigmas competitivos de pesquisa social, ao ponto de haver pessoas que construíram carreiras dentro de uma ou de outra, muitas vezes polemizando sobre a superioridade da quantitativa sobre a qualitativa, ou vice-versa. Os editores foram rápidos em demarcar um mercado e criaram coleções de livros e revistas com a finalidade de perpetuar tal discussão.

Tabela 1.3 – Diferenças entre pesquisa quantitativa e qualitativa

	Estratégias	
	Quantitativas	Qualitativas
Dados	Números	Textos
Análise	Estatística	Interpretação
Protótipo	Pesquisas de opinião	Entrevista em profundidade
Qualidade	<i>Hard</i>	<i>Soft</i>

É correto afirmar que a maior parte da pesquisa quantitativa está centrada ao redor do levantamento de dados (*survey*) e de questionários, apoiada pelo SPSS (*Statistical Package for Social Sciences*) e pelo SAS (*Statistics for Social Sciences*) como programas padrões de análise estatística. Tal prática estabeleceu padrões de treinamento metodológico nas universidades, a tal ponto que o termo metodologia passou a significar estatística em muitos campos da ciência social. Paralelamente, desenvolveu-se um amplo setor de negócios, oferecendo pesquisa social quantitativa para uma infinidade de propósitos. Mas o entusiasmo recente pela pesquisa qualitativa conseguiu mudar, com sucesso, a simples equiparação da pesquisa social com a metodologia quantitativa; e foi reaberto um espaço para uma visão menos dogmática a respeito de assuntos metodológicos – uma atitude que era comum entre os pioneiros da pesquisa social (veja, por exemplo, Lazarsfeld, 1968).

Em nossos esforços, tanto em pesquisar, como em ensinar pesquisa social, estamos tentando um modo de superar tal polêmica estéril, entre duas tradições de pesquisa social aparentemente compe-

titivas. Estamos procurando este objetivo apoiados em vários pressupostos, como os que se seguem.

Não há quantificação sem qualificação

A mensuração dos fatos sociais depende da categorização do mundo social. As atividades sociais devem ser distinguidas antes que qualquer frequência ou percentual possa ser atribuído a qualquer distinção. É necessário ter uma noção das distinções qualitativas entre categorias sociais, antes que se possa medir quantas pessoas pertencem a uma ou outra categoria. Se alguém quer saber a distribuição de cores num jardim de flores, deve primeiramente identificar o conjunto de cores que existem no jardim; somente depois disso pode-se começar a contar as flores de determinada cor. O mesmo é verdade para os fatos sociais.

Não há análise estatística sem interpretação

Pensamos que é incorreto assumir que a pesquisa qualitativa possui o monopólio da interpretação, com o pressuposto paralelo de que a pesquisa quantitativa chega a suas conclusões quase que automaticamente. Nós mesmos nunca realizamos nenhuma pesquisa numérica sem enfrentar problemas de interpretação. Os dados não falam por si mesmos, mesmo que sejam processados cuidadosamente, com modelos estatísticos sofisticados. Na verdade, quanto mais complexo o modelo, mais difícil é a interpretação dos resultados. Escudar-se atrás do "círculo hermenêutico" de interpretação, de acordo com o qual a melhor compreensão provém do fato de se saber mais sobre o campo de investigação, é para os pesquisadores qualitativos um lance retórico, mas um lance bastante ilusório. O que a discussão sobre a pesquisa qualitativa tem conseguido foi desmistificar a sofisticação estatística como o único caminho para se conseguir resultados significativos. O prestígio ligado aos dados numéricos possui tal poder de persuasão que, em alguns contextos, a má qualidade dos dados é mascarada e compensada por uma sofisticação numérica. A estatística, como um recurso retórico, contudo, preocupa-se com o problema relativo ao tipo de informações que são analisadas: se colocarmos informações irrelevantes, teremos estatísticas irrelevantes. No nosso ponto de vista, a grande conquista da discussão sobre métodos qualitativos é que ela, no que se refere à pesquisa e ao treinamento, deslocou a atenção da análise em direção a questões referentes à qualidade e à coleta dos dados.

Parece que a distinção entre pesquisa numérica e não-numérica é, muitas vezes, confundida com outra discussão, isto é, a distinção entre formalização e não formalização da pesquisa (ver Tabela 1.4). A polêmica sobre estes tipos de pesquisa é muitas vezes ligada ao problema da formalidade, e baseada na socialização metodológica do pesquisador. O formalismo implica abstrações do contexto concreto da pesquisa, introduzindo assim uma distância entre a observação e os dados. Explicando melhor, o formalismo é uma abstração para propósitos gerais, útil para o tratamento de muitos tipos de dados, contanto que determinadas condições sejam satisfeitas, tais como independência das mensurações, igual variância, etc. A natureza abstrata do formalismo implica uma especialização tal que pode conduzir a um desinteresse total para com a realidade social representada pelos dados. Muitas vezes é esse “distanciamento emocional”, e não tanto os números em si, que leva pesquisadores com outras convicções a não se sentirem bem com a pesquisa quantitativa. Como mostraremos a seguir, contudo, isso tem a ver com o fato de se lidar com um método de pesquisa específico, mas pode ser discutido com mais proveito no contexto mais amplo dos interesses do conhecimento. A pesquisa numérica possui um amplo repertório de formalidades estatísticas a seu dispor, enquanto que um repertório equivalente na pesquisa qualitativa não está ainda bem desenvolvido – apesar do fato de que seu antecessor, muitas vezes invocado, o estruturalismo, fosse muito forte em formalismos (veja, por exemplo, Abell, 1987).

Tabela 1.4 – A formalização e a não formalização da pesquisa

	Quantitativa	Qualitativa
Não formalização	Freqüências descritivas	Citações, descrições, anedotas
Formalização	Modelagem estatística, por ex. um livro de introdução	Modelagem teórico-gráfica, por ex. Abell (1987)

Pluralismo metodológico dentro do processo de pesquisa: além da lei do instrumento

Uma conseqüência infeliz da prática de se centrar em dados numéricos no treinamento em pesquisa foi uma interrupção prematura na fase de coleta de dados no processo de pesquisa. Com muitas pessoas competentes no tratamento de dados numéricos, o processo de coleta de dados é rapidamente reduzido às rotinas mecânicas do

delineamento do questionário e da amostra do levantamento, como se esta fosse a única maneira de se fazer pesquisa social. Não há dúvida que muito se conseguiu devido ao refinamento destes procedimentos, ao passar dos anos, e o *status* do levantamento (*survey*), como o mais importante método de pesquisa social é justificado devido a isso. Nada justifica, contudo, sua condição como o único instrumento de pesquisa social. Estamos aqui no perigo de sucumbir à “lei do instrumento”: dê um martelo a uma criança, e todas as coisas no mundo devem ser marteladas.

O que é necessário é uma visão mais holística do processo de pesquisa social, para que ele possa incluir a definição e a revisão de um problema, sua teorização, a coleta de dados, a análise dos dados e a apresentação dos resultados. Dentro deste processo, diferentes metodologias têm contribuições diversas a oferecer. Precisamos de uma noção mais clara das vantagens e desvantagens funcionais das diferentes correntes de métodos, e dos diferentes métodos dentro de uma corrente.

A ordenação do tempo

Um modo de descrever a funcionalidade dos diferentes métodos é ordená-los em um desenho que implique uma linha de tempo. Tradicionalmente, a pesquisa qualitativa foi considerada apenas no estágio exploratório do processo de pesquisa (pré-desenho), com a finalidade de explorar distinções qualitativas, a fim de se desenvolver mensurações, ou para que se tivesse certa sensibilidade com o campo de pesquisa. Formulações mais recentes consideram a pesquisa qualitativa como igualmente importante depois do levantamento, para guiar a análise dos dados levantados, ou para fundamentar a interpretação com observações mais detalhadas (pós-delineamento). Delineamentos mais amplos consideram duas correntes paralelas de pesquisa, tanto simultaneamente, como em seqüências oscilantes (delineamento paralelo; delineamento antes-e-depois). Finalmente, a pesquisa qualitativa pode ser agora considerada como sendo uma estratégia de pesquisa independente, sem qualquer conexão funcional com o levantamento ou com outra pesquisa quantitativa (independente). A pesquisa qualitativa é vista como um empreendimento autônomo de pesquisa, no contexto de um programa de pesquisa com uma série de diferentes projetos.

A função independente da pesquisa qualitativa possui uma limitação que nós tentamos enfrentar neste livro. Embora seja possível

considerar a pesquisa numérica e a não numérica como empreendimentos autônomos, o problema com a pesquisa qualitativa é que ela é um “pesadelo didático”. Se comparados com a tradição de pesquisa numérica, baseada na amostragem, no questionário e na análise estatística, os pesquisadores qualitativos, e os que pretendem tornar-se pesquisadores qualitativos, encontram pouca clareza e orientação na literatura para seus procedimentos. Embora isto esteja mudando lentamente, à medida que a massa crítica de pesquisadores desta linha está aumentando, a maioria da literatura está ainda preocupada em demarcar o território legítimo deste procedimento metodológico autônomo. Esta retórica legitimadora levou a uma hipertrofia epistemológica, originando definições de posicionamentos e contrapositionamentos dentro de um campo competitivo, com mais obscurantismo e jargões do que com esclarecimento e, ao final de contas, foi de pouca serventia quando se trata de saber o que fazer quando se faz pesquisa qualitativa. Até o presente momento, temos muito apoio para nos “sentirmos bem”, face à crítica tradicional, mas há pouca auto-observação crítica.

Discurso independente dos “padrões de boa prática”

A vantagem didática e prática da pesquisa numérica é sua clareza de procedimentos e seu elaborado discurso de qualidade no processo de investigação. Um discurso de qualidade serve a vários propósitos numa investigação: a) para estabelecer uma base para autocrítica; b) para demarcar uma prática boa de uma ruim, servindo como padrões para a revisão dos pares; c) para ganhar credibilidade no contexto da credibilidade pública; d) para servir como um instrumento didático no treinamento dos estudantes. Sem querer imitar literalmente a pesquisa quantitativa, a pesquisa qualitativa necessita desenvolver *equivalentes funcionais*. A fim de reforçar a autonomia e a credibilidade da pesquisa qualitativa, necessitamos procedimentos e padrões claros para identificar uma boa prática e uma prática ruim, tanto através de exemplos, como de critérios abstratos. Este livro traz uma contribuição nesta direção.

Elementos retóricos da pesquisa social

Historicamente, a ciência e a retórica tiveram uma relação difícil. A retórica foi vista pelos pioneiros da ciência como uma forma de embelezamento verbal que necessitava ser evitado se alguém quisesse alcançar a verdade do problema: veja o lema da Sociedade Real de

Londres, *nullius in verbis* (nada nas palavras). Este ideal científico da descrição e explicação da natureza, sem recorrer a meios retóricos, está sendo cada vez mais desafiado pela visão realista do que está acontecendo na comunicação no meio dos cientistas e entre cientistas e outros setores do público (Gross, 1990). O “deve” da ciência está obscurecendo o “é” da ciência. Um elemento essencial da atividade científica é “comunicar”, e isto implica persuadir os ouvintes que algumas coisas são importantes e outras não. A persuasão nos leva à esfera tradicional da retórica como “a arte de persuadir”. Por conseguinte, nós consideramos a pesquisa social científica como uma forma de retórica com meios e normas específicas de engajamento.

A análise retórica incorpora os “três mosqueteiros” da persuasão: o *logos*, o *pathos* e o *ethos* (veja Leach, cap. 12 neste volume). O *logos* se refere à lógica do puro argumento, e os tipos de argumentos empregados. O *pathos* se refere aos tipos de apelo e reconhecimento dado à audiência, levando em consideração a psicologia social das emoções. O *ethos* abrange as referências implícitas e explícitas na situação de quem fala, que estabelece sua legitimidade e credibilidade no falar o que está sendo dito. Deveríamos, portanto, pressupor que toda apresentação de resultados de uma pesquisa é um conjunto dos três elementos básicos da persuasão, na medida em que os pesquisadores querem convencer seus pares, os políticos, as agências de financiamento, ou mesmo seus sujeitos de estudo, da autenticidade e importância de seus achados. No contexto de se comunicar os resultados da pesquisa, o ideal científico de uma retórica de pura racionalidade argumentativa, sem *pathos* ou *ethos*, é uma ilusão.

Esta perspectiva apresenta várias implicações úteis para nosso problema da pesquisa qualitativa. Primeiro, sentimo-nos livres para considerar a metodologia da pesquisa social como o meio retórico, através do qual as ciências sociais podem reforçar sua forma específica de persuasão. O surgimento e a trajetória histórica desta forma de retórica na esfera pública da sociedade moderna são, em si mesmos, problemas históricos e sociológicos. Em segundo lugar, libertamo-nos do obscurecimento epistemológico que pesa sobre as discussões dos métodos, e podemos nos concentrar em desenvolver comunicações verossímeis, dentro das regras do jogo científico. Em terceiro lugar, podemos tratar a pesquisa quantitativa e qualitativa de modo igual, a partir destes pressupostos. Em quarto lugar, a retórica se desenvolve no contexto do falar e do escrever públicos, o que nos lembra que o método e o procedimento constituem uma forma de responsabili-

de pública para a pesquisa que necessita ser exercida à altura. E finalmente, o ideal científico não é perdido, mas é preservado, a partir de uma motivação coletiva para se construir e conservar esta forma específica de persuasão científica – isto é, manter uma retórica em favor do *logos*, reduzindo o *ethos* e o *pathos* na comunicação. As regras do método e os procedimentos para se conseguir apresentar evidência em público nos protegem da supervalorização da autoridade (*ethos*), e de apenas satisfazer ao público – dizendo-lhe o que quer ouvir (*pathos*). Não dar ouvidos nem à autoridade, nem ao público, continua sendo um valor central de qualquer pesquisa que mereça tal nome. Isto é apenas relevante em contraste com outras formas de retórica da vida pública, que diferem em sua combinação de *logos*, *ethos* e *pathos*. Os mundos da política, da arte e da literatura, os meios de comunicação e os tribunais, encorajam e cultivam formas de persuasão que são diferentes da forma como ela é empregada na ciência. Atente-se que “diferentes da ciência” não significa “irrelevantes”: notícias, julgamentos legais e boatos são formas importantes de comunicação embora difiram, em sua combinação de *logos*, *pathos* e *ethos*, do que normalmente é considerado uma comunicação científica.

Deste modo, consideramos os métodos e procedimentos de coleta e de apresentação de evidência como essenciais para a pesquisa social científica. Eles definem o grau específico de retórica que demarca as atividades científicas de outras atividades públicas, e colocam com clareza a pesquisa dentro da esfera pública, sujeitando-a às exigências de credibilidade. Os métodos e os procedimentos são o meio científico de prestação de contas pública com respeito à evidência. Temos, contudo, de pressupor uma esfera pública que tenha liberdade de permitir uma busca da evidência sem censura, o que não pode ser assumido como algo dado (Habermas, 1989).

Interesses do conhecimento e métodos

Métodos quantitativos e qualitativos são mais que apenas diferenças entre estratégias de pesquisa e procedimentos de coleta de dados. Esses enfoques representam, fundamentalmente, diferentes referenciais epistemológicos para teorizar a natureza do conhecimento, a realidade social e os procedimentos para se compreender esses fenômenos (Filstead, 1979: 45).

Esta afirmação exemplifica o ponto de vista de que enfoques quantitativos e qualitativos com referência à pesquisa social representam posições epistemológicas profundamente diferentes. Eles

são, dentro de tal concepção, modos de investigação mutuamente exclusivos. Outra afirmação, contudo, que muitas vezes é feita, refere-se à significância crítica, radical ou emancipatória, implicada na escolha do método feita pelo pesquisador. A pesquisa qualitativa é, muitas vezes, vista como uma maneira de dar poder ou dar voz às pessoas, em vez de tratá-las como objetos, cujo comportamento deve ser quantificado e estatisticamente modelado. Essa dicotomia é inútil, como já vimos.

Um modo alternativo de pensar sobre os objetivos da pesquisa social e sua relação com a metodologia é levar em conta a filosofia de Jürgen Habermas, apresentada em *Knowledge and Human Interests* (Conhecimento e Interesses Humanos, 1987). Habermas identifica três “interesses do conhecimento”, que devem ser compreendidos, a fim de dar sentido à prática da ciência social e de suas conseqüências na sociedade. Mas ele ressalta que não são as orientações intencionais e epistemologicamente conscientes dos cientistas que fornecem a chave para tal compreensão. Ao contrário, ele concebe os interesses do conhecimento como tradições “antropologicamente sedimentadas” (Habermas, 1974: 8). Os interesses constitutivos do conhecimento aos quais Habermas se refere são, de fato, as “condições que são necessárias a fim de que sujeitos capazes de falar e agir possam ter uma experiência que possa fundamentar uma objetividade” (1974: 9). Tentando tornar isso claro, nós descartamos a idéia de que interesses, no sentido de Habermas, possam ser colocados “a serviço” de qualquer enfoque metodológico; ao contrário, eles existem, em primeiro lugar, como condições necessárias para a possibilidade da prática de pesquisa, independentemente de que métodos específicos sejam empregados:

O fato de negarmos a reflexão é positivismo (1987: VII).

Em *Knowledge and Human Interests*, Habermas quer reconstruir a “pré-história” do positivismo, para mostrar como a epistemologia, como uma crítica do conhecimento, foi sendo progressivamente minada. Desde Kant, argumenta Habermas, “constrói-se o próprio caminho sobre estágios abandonados de reflexão” (1987: VII). A partir do domínio do positivismo, a filosofia não pode mais compreender a ciência; pois é a própria ciência que constitui a única forma de conhecimento que o positivismo admite como crítica. A investigação kantiana sobre as condições de um conhecimento possível foi substituída por uma filosofia da ciência que “se restringe à regulação pseu-

donormativa da pesquisa estabelecida" (1987: 4), como o falsificacionismo de Popper. Habermas tenta reabilitar uma dimensão epistemológica dentro da filosofia da ciência, "auto-reflexão crítica", através da qual a ciência pode se tornar capaz de autocompreensão (não-científica). E, ao fazer isso, argumenta Habermas, a ciência, e particularmente a ciência social, é capaz de revelar as condições que possam impedir uma prática de pesquisa crítica e emancipatória.

Podemos agora voltar à tipologia específica de interesses que Habermas emprega. Através de uma interpretação de Marx, Peirce, Gadamer e Dilthey, Habermas identifica três interesses constitutivos do conhecimento que estão na base das ciências "empírico-analíticas", "histórico-hermenêuticas" e "críticas". As ciências empírico-analíticas têm como sua base um interesse no controle técnico. A luta perpétua para controlar o mundo natural, necessária para a reprodução de nós mesmos como seres humanos, leva-nos a formular regras que guiam nossa ação com propósito racional. Em outras palavras, o imperativo racional para a aquisição do conhecimento científico sempre foi o de conseguir controle sobre as condições materiais em que nos encontramos e com isso aumentar nossa saúde e segurança física e espiritual. Devido ao fato de nosso interesse pela natureza ser fundamentalmente o de controlar suas condições, "este sistema de ação condiciona, com necessidade transcendental, nosso conhecimento da natureza ao interesse no possível controle técnico sobre os processos naturais" (McCarthy, 1978: 62). As ciências empírico-analíticas procuram produzir conhecimento nomológico. A predição e a explicação possuem, portanto, uma relação de simetria. Leis universais fundamentadas empiricamente são combinadas com um conjunto de condições iniciais, que resultam em um conjunto de covariâncias (previsíveis) de acontecimentos observáveis. Este é um modelo que pode ser visto em muita pesquisa social quantitativa.

As ciências histórico-hermenêuticas, diz Habermas, surgem através de um interesse prático no estabelecimento de consenso. Para que a ciência (e, na verdade, qualquer outra prática social) aconteça, é imperativo que haja compreensão intersubjetiva fidedigna, estabelecida na prática da linguagem comum. A compreensão hermenêutica (*Verstehen*) tem como finalidade restaurar canais rompidos de comunicação. Isto se dá em duas dimensões: a primeira, no elo entre a própria experiência de vida de alguém e a tradição à qual ele pertence; e a segunda se dá na esfera da comunicação entre diferentes indivíduos, grupos e tradições. A falta de comunicação é uma carac-

terística perpétua e onipresente do mundo social, e se constitui num problema social óbvio. A preocupação em restabelecer o entendimento mútuo torna-se então, de igual modo, um problema perpétuo e onipresente. As ciências histórico-hermenêuticas procederam de práticas em questões públicas – na política e na organização de comunidades e de trabalho para produção – onde a vida individual e a organização social são impossíveis sem alguma estabilidade do sentido intersubjetivo. Estas são, pois, as condições que exigem o desenvolvimento das ciências culturais ou sociais. Habermas contrasta a finalidade das ciências empírico-analíticas com as ciências culturais (*Geisteswissenschaften*):

As primeiras têm como finalidade substituir regras de comportamento que fracassaram na realidade com regras técnicas testadas, enquanto que as segundas procuram interpretar expressões da vida que não podem ser compreendidas e que bloqueiam a reciprocidade das expectativas comportamentais (1987: 175).

O cientista cultural necessita aprender a falar a língua que ele interpreta, mas deve necessariamente aproximar-se de tal interpretação de um ponto histórico específico. E ao fazer isto, é impossível não levar em consideração a totalidade de interpretação que já está presente: o pesquisador entra no que poderia se chamar de “círculo hermenêutico”. O ponto a que tudo isso conduz, para Habermas, é ao estabelecimento de consenso entre os atores. Este consenso é necessariamente fluido e dinâmico, pois ele é conseguido através de uma interpretação que evoluiu, e continua a evoluir, historicamente. Essa orientação consensual para se apreender a realidade social constitui o “interesse prático” das ciências hermenêuticas – cuja finalidade (não dita) é estabelecer as normas comuns que tornam a atividade social possível.

A esta altura, pode-se ver claramente como a clivagem quantitativo/qualitativo pode ser caracterizada como a que separa técnicas de “controle”, por um lado, e de “compreensão”, por outro. Mas isto, na verdade, não confronta a afirmativa mais forte feita, muitas vezes, em favor da pesquisa qualitativa, de que ela é intrinsecamente uma forma de pesquisa mais crítica e potencialmente emancipatória. Um objetivo importante do pesquisador qualitativo é que ele se torna capaz de ver “através dos olhos daqueles que estão sendo pesquisados” (Bryman, 1988: 61). Tal tipo de enfoque defende que é necessário compreender as interpretações que os atores sociais possuem do mundo, pois são estes que motivam o comportamento que

cria o próprio mundo social. Embora isso seja certamente verdadeiro, não se conclui que o resultado seja necessariamente uma produção crítica. Na verdade, pode-se imaginar uma situação em que tal “entendimento”, da maneira como é construído, sirva de fundamento para o estabelecimento de mecanismos de controle social.

Uma crítica bem-sucedida é a que explica os fenômenos sob investigação com mais sucesso do que as teorias aceitas até o momento. E ao fazer isto, ela deve desafiar pressupostos que até o momento tinham sido aceitos acriticamente. Corremos o risco, ao assumirmos um enfoque fenomenológico, socioconstrucionista ou qualquer outro enfoque qualitativo, de substituímos acriticamente nossos próprios pressupostos, pelos de nossos informantes. Deste modo, por arte de um “empiricismo por proximidade”, a pesquisa qualitativa pode repetir os erros considerados, em geral, como sendo associados a um positivismo acrítico.

A esta altura Habermas é, mais uma vez, útil. Os interesses emancipatórios daquilo que Habermas (1987: 310) chama de ciências “críticas”, não excluem um modo de investigação empírico-analítica: mas de igual modo eles vão mais além que o entendimento hermenêutico. A tese de Habermas é a de que os interesses emancipatórios fornecem o referencial para se avançar além do conhecimento nomológico e da *Verstehen*, e nos permitem “determinar quando afirmações teóricas atingem regularidades invariantes da ação social como tal, e quando elas expressam relações ideologicamente congeladas de dependência que podem, em princípio, ser transformadas” (1987: 310). É através de um processo auto-reflexivo que as ciências críticas podem chegar a identificar estruturas condicionadoras de poder que, acriticamente, se mostram como “naturais” mas são, de fato, o resultado de uma “comunicação sistematicamente distorcida e de uma repressão sutilmente legitimada” (1987: 371).

Habermas vê o período do Iluminismo como a idade de ouro da ciência “crítica”, da astronomia até a filosofia. Mas o que distingue este período não é simplesmente o fato de que ele marcou o começo do “método científico”, mas que a aplicação da razão, como corporificada no método, foi inerentemente emancipatória, devido ao desafio que ela colocou à legitimação da Igreja e da hierarquia social existente. A afirmativa de Habermas é, pois, que a razão (o que nós comumente entendemos hoje por racionalismo) em si mesma é inerente a um interesse de conhecimento emancipatório e que a aplicação da razão é fundamentalmente um empreendimento crítico. Não

se deveria, porém, tentar compreender esta postura como uma prescrição normativa a ser assumida pelos cientistas sociais “radicais”, ao invés disto, ela é um caminho para se teorizar como, e por que, uma boa ciência, de qualquer espécie, pode ser uma atividade libertadora para a humanidade.

Zygmunt Bauman, escrevendo na mesma linha de idéias que Habermas dentro da tradição da teoria crítica, apresenta uma sugestão prática para a operacionalização de um enfoque de pesquisa crítica – “autenticação”:

O potencial emancipatório do conhecimento é posto à prova – e na verdade pode ser concretizado – somente a partir do diálogo, quando os objetos das afirmações teóricas se transformam em participantes ativos no processo incipiente de autenticação (1976: 106).

A autenticação de uma teoria crítica, deste ponto de vista, somente pode ser conseguida através da aceitação de sua importância pelos que constituem seus objetos. Por exemplo, uma pesquisa qualitativa que pressuponha a devolução dos resultados aos participantes do estudo pode conseguir, na verdade, tal resultado. É claro, chega-se aos limites de tal enfoque, quando os objetos da pesquisa são pessoas que já ocupam posições de poder ou de elite – como os políticos, gerentes e profissionais. Em tais casos, os informantes podem ter interesses pessoais a defender e podem, por isso, procurar distorcer seus reais pontos de vista com respeito às interpretações críticas feitas pelos pesquisadores.

Mas a crítica não precisa ser, exclusivamente, o campo do enfoque qualitativo. Estudos vitorianos sobre pobreza, tais como *Poverty: a Study of Town Life* (1902), de Rowntree, atingiram um status crítico, podemos dizer, ao desvelar a extensão da pobreza em escala quantitativa:

A classe trabalhadora recebe até 24 por cento menos de comida do quanto, conforme provado por peritos especializados, é necessário para a manutenção da eficiência física (1902: 303).

É um fato que pode muito bem causar grandes sofrimentos, que nesse país de abundante riqueza durante um tempo de prosperidade sem igual, mais que um quarto da população esteja vivendo na pobreza (1902: 304).

O trabalho quantitativo de Rowntree consistia em uma simples estatística descritiva; mas ela se mostrou poderosa devido a sua habilidade em expor condições ocultas de pobreza e privação. Apresen-

tações de dados numéricos chamam, freqüentemente, a atenção no discurso dos meios de comunicação; eles são recursos retóricos. E isso se constitui em um modo pelo qual, para citar Bauman, a teorização social "brota da escrivadinha do pesquisador e navega pelas águas infinitas da reflexão popular" (1976: 107).

Parece claro, então, que se deve também levar em consideração a recepção dos resultados da pesquisa pelo público pretendido (ou talvez não pretendido), como parte da "situação total da pesquisa". Os achados de pesquisas realizadas com grupos focais sobre o consumo de álcool, por exemplo, possuem uma significação diversa, dependendo do fato de eles serem publicados na imprensa popular, como parte de uma campanha de saúde pública, com o fim de ajudar alcoólicos, ou se forem usados para dar informações às estratégias de marketing de uma grande cervejaria. Neste caso, a recepção dos achados por quem e para que propósito é um ponto crucial. A recente controvérsia sobre o Censo dos Estados Unidos do ano 2000 é um exemplo onde os estatísticos, que estavam pleiteando empregar uma metodologia sofisticada de amostragem de estágios múltiplos, queriam corrigir a subestimação de minorias étnicas, inerente ao método constitucionalmente consagrado de "contagem completa" (Wright, 1998). A tempestade política que se seguiu é um exemplo onde uma reflexão pública generalizada sobre assuntos sociais relevantes foi desencadeada devido às claras implicações de uma metodologia de pesquisa quantitativa clássica.

A implicação, então, da tipologia de interesses do conhecimento de Habermas é que nós podemos considerar que o potencial crítico de diferentes metodologias de pesquisa, *sui generis*, não é importante no que se refere às discussões apresentadas nos capítulos que se seguem. A prontidão dos pesquisadores em questionar seus próprios pressupostos e as interpretações subseqüentes de acordo com os dados, juntamente com o modo como os resultados são recebidos e por quem são recebidos, são fatores muito mais importantes para a possibilidade de uma ação emancipatória do que a escolha da técnica empregada.

Referências bibliográficas

- ABELL, P. (1987). *The Syntax of Social Life*. Oxford: Clarendon Press.
BAUMAN, Z. (1976). *Towards a Critical Sociology: an Essay on Common Sense and Emancipation*. London: Routledge.

- BERGER, P. & LUCKMANN, T. (1979). *The Social Construction of Reality* (1968). Harmondsworth: Peregrine.
- BRYMAN, A. (1988). *Quantity and Quality in Social Research*. London: Unwin Hyman.
- CRANACH, M. von *et al.* (1982). *Goal-directed Action*. Cambridge/London: Academic Press.
- CRANACH, M. von (1982). The Psychological Study of Goal-directed Action. In: M. von CRANACH & R. HARRE (eds.). *The Analysis of Action*. Cambridge: Cup, p. 35-73.
- DUNCKER, P. (1935). *Zur Psychologie des produktiven Denkens*. Berlin: Springer.
- FILSTEAD, W.J. (1979). Qualitative Methods: a Needed Perspective in Evaluation Research. In: T.D. COOK & C.S. REICHARDT (eds.). *Qualitative and Quantitative Methods in Evaluation Research*. Beverly Hills, CA: Sage.
- GROSS, A.G. (1990). *The Rhetoric of Science*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- HABERMAS, J. (1974). *Theory and Practice*. London: Heinemann.
- (1987). *Knowledge and Human Interests*. Cambridge: Polity Press.
- (1989). *The Transformation of the Public Sphere*. Cambridge: Polity Press [German original 1962, Luchterhand].
- LAZARSELD, P.F. (1968). An Episode in the History of Social Research: a Memoir. In: FLEMING, D. & BAILYN, B. (eds.). *The Intellectual Migration: Europe and America 1930-1960*. Cambridge, Mass.: Hup, p. 170-337.
- LUCKMANN, T. (1995). Der Kommunikative Aufbau der Sozialen Welt und die Sozialwissenschaften. *Annali di Sociologia*, 11, p. 45-71.
- MCCARTHY, T. (1978). *The Critical Theory of Jurgen Habermas*. Cambridge: Polity Press.
- ROWNTREE, B.S. (1902). *Poverty: a Study of Town Life*. London: Macmillan.
- WRIGHT, T. (1998). Sampling and Census 2000: the Concepts, *American Scientist*, May 1998.